



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE E INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL
ESCOLA DE FORMAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
NÚCLEO DE TREINAMENTO PRISIONAL

AVALIAÇÃO ESCRITA

EDITAL 03/2012/SEPLAG/SEDS

**CURSO DE FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL PARA PROVIMENTO DOS CARGOS
DE AGENTES DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIOS**

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- Ao receber este caderno confira atentamente se ele contém 50 (**cinquenta**) **QUESTÕES** com **04 (quatro) ALTERNATIVAS** para cada questão. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- Você dispõe de **04 (quatro)** horas para fazer a prova e preencher a Folha de Respostas. Faça com tranquilidade, mas controle o seu tempo.
- Assinale apenas **01 (uma)** alternativa em cada questão. Sua resposta **não** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.
- A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Não será permitido ao candidato levar o caderno de prova.
- A Folha de Respostas é o único documento válido para correção e não será substituída em nenhuma hipótese.
- Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos, uma vez que deverão assinar a ata de fechamento do envelope de prova.
- A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar na anulação da sua prova.
- Deixe sobre a sua carteira apenas lápis, borracha, caneta e sua identidade.
- Quaisquer outros objetos como celular, iphone, ipod, tablete, notebook, pastas, bolsas, mochilas, etc. devem ser entregues ao aplicador de provas.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE E INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL
ESCOLA DE FORMAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
NÚCLEO DE TREINAMENTO PRISIONAL

PROVA DE AVALIAÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO TÉCNICO

PROFISSIONAL-2014

1. O POP PG.GP.01.01 que trata dos Procedimentos de Gestão de Segurança, descreve os procedimentos com relação ao ingresso do preso. Assinale a alternativa correta.

- a) Nos casos de transferências entre unidades da SEDS, não será necessário encaminhar junto com o preso o seu prontuário geral padronizado de saúde e prontuário geral padronizado jurídico.
- b) A penitenciária que possuir presos provisórios deverá mantê-los em locais diversos daqueles destinados aos presos definitivamente condenados sendo vetado o contato entre eles.
- c) A penitenciária poderá receber o preso com tolerância de uma semana após a data limite para a matrícula ou transferência.
- d) O preso poderá ser admitido na penitenciária antes da publicação das referidas autorizações, desde que o diretor geral esteja de acordo.

2. No ingresso do preso na Unidade Prisional foi verificado que este apresenta lesões corporais. De acordo com o POP PG.GP.01.01, diante de tal fato, marque a alternativa que representa a atuação correta.

- a) O agente deverá executar todo o processo de admissão e logo após encaminhar o preso o mais rápido possível para a enfermaria da unidade para que o mesmo possa receber os cuidados necessários.
- b) A admissão do detento na unidade não poderá ser concluída, antes será necessário levá-lo para a realização de exame de corpo delito.
- c) O agente deverá imediatamente informar ao diretor geral, para que o mesmo fique ciente do fato.
- d) O agente deverá concluir sua admissão e logo após o detento deverá ser colocado em uma cela de fácil acesso.

3. Em relação ao recebimento de presos provisórios é correto afirmar que:

- a) A penitenciária não receberá presos provisórios, exceto em casos excepcionais ou emergenciais por prazo determinado, a critério e com autorização da Superintendência de Segurança Prisional.
- b) A penitenciária não receberá presos provisórios, mesmo em casos excepcionais ou emergenciais por prazo determinado.
- c) A penitenciária não receberá presos provisórios, exceto em casos excepcionais ou emergenciais por prazo indeterminado, mesmo sem autorização da Superintendência de Segurança Prisional.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE E INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL
ESCOLA DE FORMAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
NÚCLEO DE TREINAMENTO PRISIONAL

d) A penitenciária não receberá presos provisórios, exceto em casos excepcionais ou emergenciais por prazo determinado, a critério e com autorização da Superintendência de Articulação Institucional e Gestão de Vagas.

4. Não se submete a revista pessoal sem prévia comunicação:

- a) O Senador da República, Deputado Estadual, Deputado Federal, Magistrados e Membros do Ministério Público, Ouvidor da Polícia Civil e Militar ou Representante, Representante da OAB/MG, credenciado por seu Presidente.
- b) O Senador da República, Deputado Estadual, Deputado Federal, Magistrados e Membros do Ministério Público.
- c) O Senador da República, Deputado Estadual, Deputado Federal, Magistrados e Membros do Ministério Público e a mãe do preso por ser idosa.
- d) O Senador da República, Deputado Estadual, Deputado Federal, Magistrados e Membros do Ministério Público e o Agente Penitenciário que se encontra de folga ou de férias.

5. De acordo com o POP.GP.01.08 – Análise da Viabilidade de Realização da Escolta Externa, o servidor deverá observar a seguinte sequência de prioridades na solicitação de escolta externa:

- a) Emergencial, de saúde, de transferência, judicial, de velório, de delegacia, de cartório.
- b) Judicial, de transferência, de cartório, emergencial, de saúde, de delegacia, de velório.
- c) Judicial, emergencial, de saúde, de delegacia, de velório, de transferência, de cartório.
- d) Emergencial, de saúde, judicial, de velório, de transferência, de cartório, de delegacia.

6. No momento da revista, caso o visitante do preso esteja portando dinheiro deve se adotar as seguintes condutas, EXCETO:

- a) O dinheiro do visitante deve ser recolhido, sempre na presença do mesmo.
- b) Contar o dinheiro, na presença do visitante, e retornar à bolsa ou carteira e lacrá-la.
- c) Caso o visitante queira entregar o dinheiro ao preso, orientá-lo a entregar através do Núcleo de Finanças da Unidade em dia e horário específicos.
- d) O valor em dinheiro que o visitante traz deve ser registrado no Formulário de Compras do Preso.

7. O preso ao ser admitido na Unidade Prisional recebe um kit pessoal. Fazem parte dos itens que compõem o referido kit pessoal entregue ao preso:

- a) Creme dental, papel higiênico e meias.
- b) Papel higiênico, creme dental e lençol.



- c) Papel higiênico, creme dental e blusa de frio.
- d) Lençol, escova dental e cigarros.

8. Para realizar “visitação social” ao preso, o visitante deverá providenciar o cadastramento e credenciamento. Quanto ao número de pessoas que pode realizar a visita social é correto afirmar que:

- a) é limitado a duas pessoas, excluindo-se os filhos menores de 12 anos, que serão permitidos em qualquer número.
- b) é limitado a duas pessoas, excluindo-se os filhos maiores de 12 anos, que serão permitidos em qualquer número.
- c) é limitado à quantidade de familiares que fizer o cadastramento.
- d) é limitado a duas pessoas, excluindo-se os filhos menores de 18 anos, que serão permitidos em qualquer número.

9. O desligamento do preso de uma Unidade Prisional se dará:

- a) Por transferência, devidamente autorizada pelo Diretor Geral e ou por Alvará de soltura, expedido por autoridade policial.
- b) Por transferência, devidamente autorizada pelo Diretor de Segurança e ou por Alvará de Soltura, expedido por autoridade judicial.
- c) Por transferência, devidamente autorizada pela Superintendência de Articulação Institucional e Gestão e Vagas (SAIGV) e ou por Alvará de Soltura, expedido por autoridade judicial.
- d) Por transferência, devidamente solicitada pelo preso e ou por Alvará de Soltura, expedido por autoridade judicial.

10. São cuidados necessários para a Realização da Escolta Externa de Preso, conforme o POP.GP.01.11, EXCETO:

- a) Evitar vias de acessos com grande intensidade de trânsito.
- b) Utilizar sempre as mesmas rotas, de forma a estabelecer uma rotina no processo.
- c) Estar sempre atento a qualquer movimento suspeito durante a realização da escolta.
- d) Utilizar sirenes somente em caso de necessidade.

11. José foi condenado por sentença transitado em julgado a cumprir pena de dois anos e nove meses em regime semiaberto. Durante o cumprimento de pena José poderá:

- a) Obter autorização de saída temporária concedida pelo juiz da vara de execuções, ouvido o Ministério Público e a administração do presídio.
- b) Visitar sua família todos os finais de semana desde que autorizado pelo juiz que o condenou, ouvido o Ministério Público e a administração do presídio.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
SUBSECRETARIA DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE E INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL
ESCOLA DE FORMAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
NÚCLEO DE TREINAMENTO PRISIONAL

- c) Visitar sua família todos os finais de semana desde que autorizado pelo Diretor geral da Unidade Prisional.
- d) Visitar sua família todos os finais de semana desde que autorizado pelo Diretor de Segurança da Unidade Prisional.

12. O POP.GP.01.21 – Algemar o sentenciado, tem por objetivo garantir a segurança da unidade e preservar a integridade física do sentenciado. Considerando esse procedimento, podemos afirmar que:

- a) O preso deve ser algemado sempre com as mãos para trás.
- b) A supremacia de força é opcional.
- c) O preso deve ser algemado sempre com as mãos para frente.
- d) O preso deve ser algemado colocando-se o buraco da fechadura da algema sempre voltado para cima.

13) De acordo com o PG.GP.01.01: PROCEDIMENTO DE GESTÃO – SEGURANÇA, a pessoa que poderá realizar pequenas compras semanais para os presos é :

- a) Agente Penitenciário escolhido pelos presos da Unidade Prisional.
- b) Servidor devidamente credenciado.
- c) Advogado do preso.
- d) Preso escolhido pela Direção da unidade.

14. O procedimento de gestão PG.GP.01.01, estabelece os princípios gerais para a segurança das penitenciárias. Considerando esses princípios, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) As salas destinadas ao atendimento do preso, as salas de aula e as oficinas de trabalho devem permitir a visão, pelo lado de fora, do que acontece em seu interior, para vigilância por parte do agente penitenciário.
- b) Durante as oficinas de trabalho, não é necessário o uso do uniforme.
- c) Qualquer deslocamento do preso de sua cela para áreas internas e externas da unidade e destas para sua cela será acompanhado por pelo menos dois agentes penitenciários.
- d) Não será permitida qualquer negociação ou comercialização entre presos no interior da penitenciária.

15. Segundo o POP.GP.01.07 são procedimentos corretos na movimentação do preso para escola e trabalho, exceto.

- a) Determinar que o preso, de costas, coloque as mãos para fora da portinhola;
- b) Determinar que os presos entrem na oficina ou na sala de aula, calmamente;
- c) Postar-se em pontos estratégicos fora da oficina ou da sala de aula, observando o preso durante todo o período de trabalho ou escola;
- d) Algemar o preso, ainda que o trabalho e escola se situem dentro do pavilhão onde o preso se encontra cumprindo pena;



16. Nos termos da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003 que cria a Superintendência de Coordenação da Guarda Penitenciária, a Diretoria de Inteligência e a carreira de Agente de Segurança Penitenciário NÃO é competência do Agente de Segurança Penitenciário:

- a) Garantir a ordem e a segurança no interior dos estabelecimentos penais.
- b) Exercer atividades de escolta e custódia de sentenciados.
- c) Realizar a recaptura de presos independente da localidade.
- d) Desempenhar ações de vigilância interna e externa dos estabelecimentos penais, inclusive nas muralhas e guaritas que compõem suas edificações.

17. As disposições da Resolução Nº 1350, que estabelecem normas sobre os uniformes dos Agentes de Segurança Penitenciário permite afirmar que:

- a) Os uniformes deverão ser usados pelos agentes públicos efetivos, contratados ou terceirizados apenas durante a realização dos serviços.
- b) É facultativo o uso da tarjeta de identificação que deverá ser afixada do lado esquerdo do peito e deverá conter apenas o nome.
- c) O agente público ocupante de cargo ou função de direção está obrigado ao uso do uniforme, enquanto mantida está condição.
- d) É facultativo ao Agente de Segurança Penitenciário o uso de gandola durante dias de visita de presos e autoridades, e em atividades intra e extramuros.

18. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais (Lei nº 869/52), servidor público é:

- a) O cidadão nomeado, designado ou eleito para o exercício de função pública.
- b) A pessoa investida numa função pública, com ou sem retribuição pecuniária dos cofres públicos.
- c) O cidadão que, sob qualquer forma de provimento, mediante retribuição pecuniária, presta serviços ao Estado.
- d) A pessoa legalmente investida em cargo público.

19. O agente do Estado que submete alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo comete o crime de:

- a) Abuso de autoridade.
- b) Tortura.
- c) Ameaça.
- d) Constrangimento ilegal.



20. Constitui crime de Abuso de Autoridade previsto na Lei nº 4898, de 09 de dezembro de 1965, EXCETO:

- a) Comunicar, imediatamente, ao juiz competente a prisão ou detenção de qualquer pessoa.
- b) Ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder.
- c) Submeter pessoa sob sua guarda ou custódia a vexame ou a constrangimento não autorizado em lei.
- d) Cobrar o carcereiro ou agente de autoridade policial carceragem, custas, emolumentos ou qualquer outra despesa, desde que a cobrança não tenha apoio em lei, quer quanto à espécie quer quanto ao seu valor.

21. A Lei de Execução Penal dispõe sobre o trabalho do preso. Sobre este tópico pode se afirmar que:

- a) Tanto o preso condenado quanto o preso provisório estão obrigados ao trabalho.
- b) A prestação de serviços à comunidade deverá ser remunerada pelo Estado.
- c) O condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.
- d) A prestação de trabalho externo dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/4 da pena.

22. Ainda dispendo sobre a Lei de Execução Penal, sobre os regimes de cumprimento da pena, pode se afirmar que:

- a) Poderá haver a progressão para regime menos rigoroso, independentemente de bom comportamento carcerário.
- b) Será admitido o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de condenado maior de 60 (sessenta) anos.
- c) Haverá a regressão de regime quando o condenado praticar fato definido como crime culposo ou falta média.
- d) A condenada gestante poderá ser dispensada do trabalho.

23. A Lei de Execução Penal dispõe que, o exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução é obrigatório para:

- a) Somente os condenados às penas privativas de liberdade em regime fechado.
- b) Somente os condenados às penas privativas de liberdade em regime semiaberto.
- c) Os condenados às penas privativas de liberdade em regime fechado, podendo ser submetido os condenados às penas privativas de liberdade em regime semiaberto.



d) Os condenados às penas privativas de liberdade em regime aberto ou à pena restritiva de direito.

24. A “Acolhida” é o procedimento que visa o esclarecimento ao preso sobre seus direitos e deveres, normas e procedimentos da unidade prisional, além da apresentação dos serviços de atendimento oferecidos durante sua permanência no local. A “Acolhida” é realizada:

- a) No desligamento do preso da unidade prisional.
- b) Na primeira semana após a chegada do preso na unidade prisional.
- c) Na apresentação do alvará de soltura do preso.
- d) Seis meses que antecedem o livramento condicional ou cumprimento da pena.

25. De acordo com o POP PG.GP.01.02, que trata dos Procedimentos em Gestão da Ressocialização no tocante à “Atenção à Saúde”, NÃO é correto afirmar que:

- a) Caso a Unidade Prisional não disponha de aparato suficiente para o atendimento à saúde, o preso poderá ser encaminhado para rede hospitalar conveniada ao Sistema Único de Saúde.
- b) Obrigatoriamente o PGPS – Prontuário Geral Padronizado da área de Saúde deve ser encaminhado à Comissão Técnica Classificação para elaboração do PIR.
- c) A Portaria Interministerial 1.777/2003 prescreve a equipe mínima de atenção básica à saúde considerando que cada uma destas equipes será responsável por até 500 presos.
- d) A avaliação do pré-egresso poderá ser dispensada caso o preso tenha sido contemplado com atendimento rotineiro nos 60 dias anteriores ao desligamento, independente dos resultados obtidos nesta avaliação.

26. Quando tratamos nas relações humanas da assertividade afirmamos que é a arte de defender o seu espaço, o seu ponto de vista e a sua forma de pensar sem recuar e sem agredir. O comportamento assertivo adequado com um visitante nervoso é:

- a) Deixar que ele fale tudo, sem interromper. Isto é uma espécie de catarse, que significa esvaziar, livrar-se do problema.
- b) Impor as regras da instituição sem deixar o visitante falar o seu problema.
- c) Falar em tom alto, confrontando com o visitante.
- d) Anotar as causas da insatisfação do visitante para ficar livre do problema e do visitante nervoso.



27. Em relação aos Direitos Humanos é correto afirmar que:

- a) A Constituição Federal de 1988 prevê o princípio de respeito ao preso como forma de buscar reprimir os maus tratos, as torturas e as condições desumanas do cidadão que se encontra encarcerado e sob a tutela (proteção) do Estado.
- b) A discriminação racial e étnica, a partir do início do século XXI, principalmente em decorrência da extinção, em 1994, do sistema *apartheid*, na África do Sul, deixaram de ser problemas de direitos humanos.
- c) A Comunidade LGBTTT, formada por Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, não é considerada um Grupo Vulnerável no Brasil.
- d) O uso arbitrário/abusivo de força e de armas de fogo pelos encarregados da aplicação da lei, nem sempre constitui violações aos direitos humanos.

28. A exoneração de servidor legalmente investido em cargo público dar-se-á, EXCETO:

- a) Quando o servidor não satisfizer as condições de estágio probatório;
- b) Como penalidade, nos casos em que o servidor cometer falta grave;
- c) A pedido do servidor;
- d) A critério da Administração Pública quando se tratar de ocupante de cargo em comissão.

29. Sobre a Ação de Improbidade Administrativa de que trata a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 pode-se dizer que:

- a) Somente pode dirigir-se contra o servidor público estatutário.
- b) Decorre particularmente dos princípios da legalidade e da moralidade que devem nortear as ações da administração pública.
- c) Objetiva apenas a decretação da perda do cargo do servidor público infrator.
- d) Abrange exclusivamente os atos dos chefes da administração pública direta.

30. No que tange ao Regulamento Disciplinar Prisional (REDIPRI) analise as afirmativas a seguir e marque a alternativa CORRETA:

I – Configura falta disciplinar leve utilizar material e objeto do estabelecimento em proveito próprio, sem a autorização de quem de direito.

II – Constitui direitos do preso usufruir de benefícios da Previdência.

III – Configura falta disciplinar Média praticar ou contribuir para a prática de jogos proibidos.

- a) Todas as alternativas estão corretas.
- b) Somente a alternativa I está correta.
- c) Somente a alternativa I e II estão corretas.
- d) A alternativa III está incorreta.



31. Segundo o Código Penal Brasileiro, o Diretor de Unidade Prisional ou o agente público, que deixar de cumprir seu dever funcional de impedir que o preso tenha acesso a aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo, responderá pelo crime de:

- a) Concussão.
- b) Corrupção passiva.
- c) Prevaricação.
- d) Condescendência criminosa.

32. Sobre a “assistência ao preso e ao internado”, prevista na Lei de Execução Penal é correto afirmar que:

- a) É facultativa ao Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno do preso à convivência em sociedade.
- b) Não se estende ao egresso.
- c) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.
- d) A assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados com ou sem recursos financeiros para constituir advogado.

33. De acordo com o REDIPRI – Regulamento Disciplinar Prisional, não é correto afirmar em relação à aplicação das sanções disciplinares:

- a) Advertência verbal aplica-se nos casos de faltas leves.
- b) Isolamento na própria cela, ou em local adequado, por período de até 45 dias aplica-se nos casos de falta média.
- c) Suspensão ou restrição de direitos aplica-se em caso de faltas graves e médias.
- d) Isolamento na própria cela por período de até 10 dias aplica-se nos casos de faltas médias.

34. O álcool é a droga lícita mais consumida no país, provocando danos sociais e a saúde. Sobre o consumo de álcool marque a alternativa correta:

- a) O uso do álcool é admitido pela sociedade, porém, seu consumo quando excessivo passa a ser um problema, gerando um quadro conhecido como alcoolismo.
- b) O álcool é uma droga estimulante, seus efeitos variam de acordo com as características pessoais de cada indivíduo.
- c) Nos primeiros momentos após a ingestão de álcool, podem aparecer os efeitos depressores, como falta de coordenação motora, descontrole e sono.
- d) O uso do álcool pode provocar acidentes de trânsito e violência associada a episódios de embriaguez, mas não chega a ser um problema de saúde pública.



35. Sobre a redação oficial pode-se afirmar que:

- a) É a forma pela qual o Poder Público redige convites e agradecimentos que tanto podem ser dirigidos ao poder público como aos particulares.
- b) É a forma pela qual o setor Privado redige atos normativos e comunicações que são dirigidos somente ao Poder público.
- c) É a forma pela qual o Setor Privado redige atos normativos e comunicações que tanto podem ser dirigidos ao poder público como aos particulares.
- d) É a forma pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações que tanto podem ser dirigidos ao poder público como aos particulares.

36. Na comunicação operacional identificamos o emissor, a mensagem, o canal e o receptor. A função do receptor é:

- a) Responsabilizar-se pelo conteúdo, informação e fato a ser comunicado.
- b) Receber os sinais transmitidos, decodificá-los de forma a recuperar a mensagem original produzida para atingir um destinatário.
- c) Não tem função, pois não faz parte dos componentes da comunicação.
- d) Codificar a mensagem original produzida pela fonte e emitir os sinais codificados.

37. O usuário que permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistema de informações ou banco de dados da Administração Pública ou se utiliza, indevidamente, do acesso restrito comete o crime de:

- a) Modificação ou Alteração não Autorizada do Sistema de Informação.
- b) Inserção de Dados Falsos em Sistemas de Informações.
- c) Divulgação de Segredo.
- d) Violação do Sigilo Funcional.

38. São quatro os Eixos da Política Estadual de Segurança Pública. Referente ao eixo Reforma e Profissionalização do Sistema Prisional NÃO está correta a seguinte afirmativa:

- a) Redução do déficit de vagas do Sistema Prisional.
- b) Racionalização da gestão das unidades prisionais.
- c) Redução do gasto com a construção de unidade prisional.
- d) Transferência gradativa dos presos da Polícia Civil para a SUAPI.

39. Sobre “Gerenciamento de Crise” é correto afirmar que:

- a) Segundo doutrina do FBI (*Federal Bureau of Investigation*: Departamento Federal de Investigação), dos Estados Unidos da América, não existe classificação de Grau de Risco entre crises diversas, tendo todas a mesma gradação.



- b) Qualquer tarefa de gerenciamento de crises tem duplo objetivo: preservar vidas e aplicar a lei.
- c) As informações, chamadas Elementos Essenciais de Inteligência- (EEI), não são utilizadas na classificação do grau de risco ou ameaça de uma Crise.
- d) As informações (Elementos Essenciais de Inteligência) numa Crise se constituem apenas das informações colhidas dos reféns durante as negociações feitas pela Polícia.

40. No tocante à doutrina de Gerenciamento de Crises, em seu aspecto operacional, existem quatro Alternativas Táticas a serem empregadas em uma crise, seja de forma autônoma ou em conjunto, contudo respeitando uma hierarquia entre elas. Em qual grupo abaixo as Alternativas Táticas encontram-se na escala de evolução correta.

- a) Negociação, Técnicas Não Letais, Tiro de Comprometimento, Invasão Tática.
- b) Técnicas Não Letais, Negociação, Tiro de Comprometimento, Invasão Tática.
- c) Negociação, Técnicas Não Letais, Invasão Tática, Tiro de Comprometimento.
- d) Técnicas Não Letais, Negociação, Invasão Tática, Tiro de Comprometimento.

41. A Diretoria de Gestão de Informação Penitenciária – DGI é responsável pela manutenção, análise e evolução dos sistemas de informações existentes, bem como acompanhar a qualidade dos dados inseridos e ainda, preparar, avaliar e produzir relatórios para tomadas de decisões gerenciais. Com respaldo nestas atribuições é correto afirmar que:

- a) A DGI autoriza os presos a inserir seus dados, retirar ou retificar seus nomes através do Sistema de Informação Penitenciária – INFOPEN.
- b) Através do INFOPEN, a DGI engloba os mais diversos tipos de dados acerca do Sistema Prisional de Minas Gerais e do País.
- c) A DGI é responsável pela gestão de dados referentes aos indivíduos presos.
- d) a DGI, como gerente do INFOPEN, recebe informações de todas as áreas instaladas nas Unidades Prisionais e das Unidades de Parceria Público Privadas - PPP's de Belo Horizonte.

42. Após ser controlada uma rebelião na unidade prisional, um dos detentos fica caído no pátio. Estando o local seguro, o ASP coloca os EPI's e ao se aproximar percebe que o detento tem uma fratura completa e aberta na perna. Para proceder a imobilização da referida fratura o ASP deve adotar as seguintes providências:

- a) colocar o osso no lugar; cobrir o ferimento com qualquer coisa, até um pedaço de pano encontrado no pátio; chamar a unidade de saúde de sua cidade e aguardar sua chegada.



b) colocar o osso no lugar, mesmo se precisar usar de força; com um pedaço de papel cobrir o ferimento e acionar a Polícia Militar para registrar o Boletim de Ocorrência, pois o detento estava participando da rebelião.

c) Não tentar realinhar a fratura e nem colocar o osso no lugar. Fazer um curativo com um pano limpo protegendo o ferimento; improvisar uma tala com um pedaço de madeira e improvisar pedaços de pano, até da própria camisa da vítima, para fazer as amarrações da tala no membro na posição encontrada, e deve atingir uma articulação acima e outra abaixo do local da fratura; aguardar a chegada do socorro que foi acionado.

d) constatada a fratura aberta, tentar colocar o osso no lugar e utilizar uma tala improvisada para imobilizar a fratura; usar uma toalha e colocar sobre o ferimento para estancar a hemorragia; após a imobilização aguardar a chegada do socorro.

43. A respeito dos chamados "disparos de advertência" é correto afirmar que:

a) É considerado prática aceitável, por atenderem aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência e em razão da previsibilidade de seus efeitos.

b) É considerado prática aceitável, mesmo não atendendo os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência, mas em razão da previsibilidade de seus efeitos.

c) Não é considerado prática aceitável, apesar de atenderem os princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência, pois seus efeitos são imprevisíveis.

d) Não é considerado prática aceitável, por não atenderem aos princípios da legalidade, necessidade, proporcionalidade, moderação e conveniência e em razão da imprevisibilidade de seus efeitos.

44. Pelo disposto na Lei nº. 4.898/65, NÃO constitui pena de sanção administrativa para o autor de abuso de autoridade:

a) Multa, no máximo de até 180 dias/multa.

b) advertência.

c) demissão, a bem do serviço público.

d) suspensão do cargo, função ou posto, de 5 a 180 dias, com perda de vencimentos e vantagens.



45. Os níveis de força são divididos em seis partes e devem ser proporcional ao nível de resistência oferecido. Sendo assim, o ponto central na teoria do uso progressivo da força é a divisão da força em níveis diferentes, de forma gradual e progressiva. Dentre os níveis de força, é correto afirmar que o único que pode e deve ser utilizado na prática concomitantemente com os outros níveis é:

- a) Controle de contato.
- b) Verbalização.
- c) Controle físico.
- d) Técnicas defensivas não letais.

46. Quanto ao tipo de escolta, enumere as lacunas abaixo com as seguintes opções:

- (1) Escolta de pessoas presas ou apreendidas
- (2) Escolta de bens e valores
- (3) Escolta de dignitários
- (4) Escolta de testemunhas sob proteção judicial

() Incluem as escoltas de autoridades dos poderes constituídos, eclesiásticos entre outros. Serão incluídos também como assemelhados a dignitários para fins de planejamento da operação, individualmente (personalidades de destaque da sociedade civil, artistas de repercussão nacional) ou coletivamente (equipes desportivas, seleções nacionais, bandas de música de grande repercussão).

() Abrange as escoltas de um ou mais presos ou apreendidos, provisoriamente ou condenados.

() Reúne as escoltas de pessoas incluídas em programa público de proteção a testemunhas.

() Contempla as escoltas de bens e valores patrimoniais, históricos ou de importância estratégica, caracterizados tipicamente por numerário (moeda corrente), acervos (históricos e culturais), urnas eleitorais, semoventes de alto valor.

- a) 3,1,4,2, b) 1,2,3,4 c) 4,3,2,1 d) 2,4,3,1

47. Ao se planejar uma escolta, diversos fatores devem ser levados em conta a fim de preservar a integridade física do preso, da equipe de escolta e de outras pessoas. São fatores que devem ser observado no planejamento de uma escolta, EXCETO:

- a) Deve-se conhecer os antecedentes e o contexto que envolvem o objeto ou pessoa a ser escoltada, utilizando-se de todas as informações fornecidas pela equipe de Inteligência a respeito da escolta a ser realizada;



- b) Avaliar a possibilidade de resgates, roubos ou atentados;
- c) Providenciar veículo ou viatura reserva para apoio à escolta.
- d) Definir um itinerário mais longo, porém mais rápido para maior segurança da equipe.

48. Ao se manusear os instrumentos de menor potencial ofensivo, o Agente de Segurança Penitenciário deve estar ciente de que:

- a) As munições de menor potencial ofensivo foram projetadas para ser empregadas para conter infratores da lei, debilitando-os ou incapacitando-os permanentemente.
- b) As armas menos letais sugerem consequências mais gravosas sobre os não combatentes.
- c) As armas, munições e equipamentos menos letais foram desenvolvidos com a finalidade de preservar vidas e minimizar danos causados à integridade das pessoas.
- d) O uso de técnicas e instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública deve se limitar tão-somente a ocorrências graves e que envolvam grande número de pessoas.

49. Julgue as afirmativas que se seguem e marque “V” nas verdadeiras e “F” nas falsas em face do emprego de instrumentos de menor poder ofensivo:

- () O agente da lei quando utilizar Instrumento de Menor Potencial Ofensivo (IMPO) deve estar ciente de que o risco de morte ou de graves lesões contra seus opositores estará totalmente afastado.
- () Os agentes CS, CN e OC devem ser sempre utilizados contra o vento; são agentes que atacam os olhos, produzindo irritações e dor intensa, fazendo com que os músculos tenham uma fadiga imediata, bloqueando de forma eficaz as ações do agressor.
- () O emprego de agentes químicos não é um privilégio da modernidade. Nesse sentido, há registros de que em 428 a.C., os espartanos usaram vapores de enxofre e de betume e, posteriormente, a mistura inflamável conhecida como “Fogo Grego”, para sufocar soldados inimigos.
- () Quanto à classificação básica, os agentes químicos são: gases, incendiários e fumígenos.

Marque a opção que equivale à resposta correta:

- a) () F–F–V–V.
- b) () V–V–F–F.
- c) () V–F–F–V.
- d) () F–V–F–V.



50. Todo agente de segurança pública que, em razão da sua função, possa vir a se envolver em situações de uso da força deverá:

- a) Portar no mínimo 2 (dois) instrumentos de menor potencial e uma arma de fogo.
- b) Portar no mínimo 4 (quatro) instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamentos de proteção necessários à atuação específica, independentemente de portar ou não arma de fogo.
- c) Portar no mínimo 4 (quatro) instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamentos de proteção necessários à atuação específica, independentemente de portar ou não arma de fogo.
- d) Portar no mínimo 2 (dois) instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamento de proteção necessários à atuação específica, independentemente de portar ou não arma de fogo.

BOA SORTE!